



## II SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA

Figuração, interculturalidade e  
relação de poder

9 a 11 de junho de 2021  
Manaus-AM-Brasil

ISBN: 978-65-89908-54-8

### REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA E O PROJETO DA ZONA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE E RONDÔNIA (AMACRO)

II Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, 2ª edição, de 09/06/2021 a 11/06/2021

ISBN dos Anais: 978-65-89908-54-8

**SOUZA; Thaiane Cristino de <sup>1</sup>, SILVEIRA; Vinicius Dantas <sup>2</sup>**

#### RESUMO

**GT6 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: PROCESSOS SOCIAIS, COLONIALIDADES E DECOLONIALIDADES** Os estados do Amazonas, Acre e Rondônia se uniram para criar o projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável dos estados do Amazonas, Rondônia e Acre (AMACRO). O projeto consiste em um conjunto de ações de fomento à sustentabilidade ambiental por meio do desenvolvimento socioeconômico dos 32 municípios incluídos na zona, que estão distribuídos no sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia. Além disso, a zona abrange uma área de 454.220 km<sup>2</sup> e cerca de 1,7 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE (2020 apud SUDAM, 2021). A AMACRO tem como objetivo instituir um projeto de planejamento regional para fomentar o desenvolvimento agrário, industrial e de serviços da região. Para isso, pretende-se otimizar a infraestrutura logística dos transportes e serviços, energia e do uso da terra. Os objetivos estratégicos incluem a criação e articulação de políticas de desenvolvimento tecnológico que possibilitem a partilha do progresso pelos municípios envolvidos, sem deixar de lado a conservação do meio ambiente e de modo a minimizar as externalidades negativas. Este trabalho tem o objetivo de expor a importância do projeto para o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça compreendida por ele. É um trabalho com abordagem qualitativa com fins descritivos e adotou o procedimento de pesquisa documental, elaborado a partir de relatórios, documentos e expedientes produzidos pelos governos dos estados integrantes do projeto denominado AMACRO e pelos órgãos públicos dos estados envolvidos. A região apresenta diversos desafios ambientais ligados ao desenvolvimento socioeconômico a ser perseguido e alcançado. Segundo a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 43% dos municípios apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e o arco de povoamento é adensado, gerando pressão sobre o meio ambiente, principalmente sobre a floresta Amazônica. Por esse motivo, se não forem tomadas as medidas para enfrentar essas questões, haverá o aumento de crimes ambientais,

<sup>1</sup> Fundação Universidade Federal de Rondônia, thaiane764@gmail.com

<sup>2</sup> Fundação Universidade Federal de Rondônia, silveira.vd@unir.br

concentração populacional sobre a floresta e violações de direitos humanos, principalmente das comunidades ribeirinhas e indígenas. Nesse sentido, a ideia da AMACRO surgiu no início de 2019 como uma resposta a todos esses problemas, de forma a explorar as potencialidades locais de bioeconomia, os circuitos produtivos agrosustentáveis e promover ações de melhoria de infraestrutura, logística, telecomunicações, turismo, P&D, capacitação, dentre outras. A governança da AMACRO possui instituições que tem capilaridade e recursos para viabilizar as ações do projeto, como o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), que se articularão com os ministérios setoriais, instituições internacionais, com a SUDAM e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), além dos governos estaduais e municipais, o Banco da Amazônia (BASA) e entidades, federações e representantes da sociedade civil. No planejamento, foram definidos quatro programas de intervenção, sendo eles: Agronegócio Sustentável; Amigos da Floresta; Campo 2.0 e Cidades do Futuro. Ademais, o projeto tem o propósito de transformar em um projeto-piloto para outras regiões da Amazônia, como o Alto Solimões, Marajó e Transamazônica, adaptando às necessidades socioeconômicas e ambientais daqueles territórios. Portanto, a iniciativa terá um papel fundamental no processo de transformar o capital natural da região amazônica em vantagens econômicas e sociais de forma sustentável. Para tanto, serão realizadas “ações integradas, sistêmicas e multissetoriais” que incluirão os governos nos níveis municipal, estadual e federal, além do setor privado e da sociedade civil (SUDAM, 2021). Ainda, ao viabilizar o desenvolvimento baseado nos pilares da sustentabilidade, inovação, tecnologias da informação e comunicação será possível melhorar os indicadores regionais como o PIB, PIB *per capita* e o IDHM.

**REFERÊNCIAS** BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Zona de Desenvolvimento Sustentável dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia (AMACRO). Belém, 2021. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Zona de desenvolvimento sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia (AMACRO) 2021-2027: documento referencial/Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Belém: SUDAM, 2021. 173 p.

**PALAVRAS-CHAVE:** AMACRO, , Desenvolvimento sustentável, , Agrosustentável

<sup>1</sup> Fundação Universidade Federal de Rondônia, thaiane764@gmail.com

<sup>2</sup> Fundação Universidade Federal de Rondônia, silveira.vd@unir.br